

ING Bank N.V.
(Conglomerado de
São Paulo)

CNPJ: 49.336.860/0001-90

**Demonstrações financeiras
consolidadas do Conglomerado
Prudencial
30 de junho de 2021**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas – Conglomerado prudencial	4
Balancos patrimoniais	10
Demonstrações de resultado	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

Relatório da Administração

Apresentação: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) submete à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial e as respectivas notas explicativas ao semestre findo em 30 de junho de 2021, bem como o Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho: No primeiro semestre de 2021 o Conglomerado Prudencial apresentou um prejuízo líquido de R\$ 16,16 milhões, versus um lucro líquido de R\$ 1,39 milhões no primeiro semestre de 2020. A variação no período reflete, principalmente, a diminuição no resultado da intermediação financeira e aumento nas despesas com provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Devido ao fechamento das operações da Filial de São Paulo, mencionada na nota explicativa no. 1, e que está em conformidade com o parágrafo 2º, art. 5º da Circular 3.068, houve reclassificação de títulos no valor de R\$ 619.898, de mantidos até o vencimento para a categoria de disponíveis para venda no primeiro semestre de 2021. Em função desta transferência de categorias, foram reconhecidas no patrimônio líquido o ajuste de avaliação patrimonial no valor de R\$ 1.500 (líquido de impostos).

Índice de Basileia: O conglomerado prudencial adota a apuração dos limites de Basileia de forma consolidada, com base nos dados financeiros do conglomerado prudencial, e de acordo com as diretrizes do Bacen. Em 30 de junho de 2021, o índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 24,49% (18,03% em 2020).

Gerenciamento de Riscos: O Conglomerado possui áreas de riscos específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes. Conforme determinado pelas regras do Bacen, os relatórios das estruturas de gerenciamento de risco operacional, de mercado, de crédito e gerenciamento de capital estão disponíveis na sede do Conglomerado, e as informações requeridas pela Circular 3.930/19 e Resolução BCB 54 de 16/12/2020, ambas do BACEN, e a estrutura de gerenciamento do risco de liquidez são divulgadas no sítio da instituição na internet, no <https://new.ingwb.com/en/network/americas/brasil>

Agradecimentos: o ING Bank N.V. (Conglomerado Prudencial) agradece aos seus clientes, colaboradores e fornecedores pela parceria, confiança, dedicação e profissionalismo.

São Paulo, 27 de agosto de 2021.



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos Administradores do
ING Bank N.V. (Filial de São Paulo)
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução n.º 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na nota explicativa n.º 2.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) em 30 de junho de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução n.º 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa n.º 2 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e às entidades incluídas no Conglomerado Prudencial, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 que divulgam que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução n.º 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, portanto, podem não servir para outras finalidades. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que descreve que a administração do ING Group, em 05 de novembro de 2020, anunciou descontinuar as atividades no Brasil do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) e ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A., e iniciou naquela data o processo de encerramento das entidades. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

O Banco elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 27 de agosto de 2021.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 2, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e as entidades incluídas no Conglomerado Prudencial ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e das entidades incluídas no Conglomerado Prudencial.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e das entidades incluídas no Conglomerado Prudencial. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações

financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e as entidades incluídas no Conglomerado Prudencial a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis da administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de agosto de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

ING BANK N.V.

C.N.P.J. 49.336.860./0001-90

BALANÇO PATRIMONIAL - CONGLOMERADO PRUDENCIAL

em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Jun/21	dez/20	PASSIVO	Nota	Jun/21	dez/20
	5	1.823.106	6.068.485	DEPÓSITOS	12	594.399	1.460.789
Disponibilidade		48.794	106.066	Depósitos à vista		-	864
Aplicações no mercado aberto		1.708.000	5.950.418	Depósitos interfinanceiros		32.000	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros		66.312	12.001	Depósitos a prazo		562.399	1.459.925
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS		909.571	1.500.214	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		-	152.122
Carteira própria		619.898	770.143	Recursos em trânsito de terceiros		-	152.122
Vinculados à prestação de garantias	6	31.519	31.137	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	13	2.845.477	8.685.129
Instrumentos financeiros derivativos	7	258.154	698.934	Empréstimos no exterior		2.845.477	8.685.129
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		598	470	INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS		208.124	732.338
Créditos vinculados:				Instrumentos financeiros derivativos		208.124	732.338
Depósitos no Banco Central do Brasil		544	389	OUTRAS OBRIGAÇÕES		8.712.224	18.850.628
Correspondentes		54	81	Carteira de câmbio	9	8.657.019	18.758.464
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	8	180.574	784.339	Fiscais e previdenciárias	14	18.524	58.876
Operações de crédito - setor privado		151.191	459.106	Negociação e intermediação de valores		5.951	46
Financiamentos - setor privado		29.383	328.925	Diversas	15	30.730	33.242
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (-)		-	(3.692)	PROVISÕES	16,17	122.073	130.215
OUTROS CRÉDITOS		10.263.960	22.404.521	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		664	1.279
Carteira de câmbio	9	10.163.123	22.228.467	Resultado de exercícios futuros		664	1.279
Rendas a receber		3.484	4.683	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19	806.067	823.497
Negociação e intermediação de valores		-	1.204	CAPITAL:			
Diversos	10	393.997	406.400	De domiciliados no exterior		489.835	489.835
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito (outros créditos) (-)	8	(296.644)	(236.233)	Reserva de capital		5.050	4.818
OUTROS VALORES E BENS		283	156	Reserva de lucros		40.511	40.512
Despesas antecipadas		283	156	Ajuste de Avaliação Patrimonial		(1.500)	-
ATIVO FISCAL DIFERIDO	11	105.038	70.191	Prejuízos acumulados		(49.754)	(31.695)
INVESTIMENTOS		65	65	Participação de não controladores		321.925	320.027
Outros investimentos		65	65	IMOBILIZADO DE USO		3.292	4.612
IMOBILIZADO DE USO		3.292	4.612	Outras imobilizações de uso		4.795	6.361
Outras imobilizações de uso		4.795	6.361	(-) Depreciações acumuladas		(1.503)	(1.749)
(-) Depreciações acumuladas		(1.503)	(1.749)	INTANGÍVEL		2.540	2.944
INTANGÍVEL		2.540	2.944	Ativos Intangíveis		4.183	4.279
Ativos Intangíveis		4.183	4.279	(-) Amortização acumulada		(1.643)	(1.335)
(-) Amortização acumulada		(1.643)	(1.335)	TOTAL DO ATIVO		13.289.028	30.835.997
TOTAL DO ATIVO		13.289.028	30.835.997	TOTAL DO PASSIVO		13.289.028	30.835.997

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ING BANK N.V.

C.N.P.J. 49.336.860/0001-90

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

		2021	2020
	Nota	Semestre	Semestre
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		311.603	3.695.612
Operações de crédito		10.826	230.473
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		56.988	353.410
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		-	1.028.348
Resultado de operações de câmbio		243.789	2.083.381
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(325.482)	(3.661.887)
Operações de captação no mercado		(10.345)	(60.812)
Operações de empréstimos e repasses		(212.890)	(3.609.918)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	8	(45.528)	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(56.719)	8.843
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(13.879)	33.725
OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS		(33.935)	(28.958)
Receitas de Prestação de Serviços		29.975	34.119
Despesas de Pessoal		(32.379)	(34.284)
Outras Despesas Administrativas	22	(25.968)	(28.489)
Despesas Tributárias		(12.925)	(15.700)
Outras Receitas Operacionais	23.d	13.198	16.901
Outras Despesas Operacionais	23.e	(5.836)	(1.505)
RESULTADO OPERACIONAL		(47.814)	4.767
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO / (PREJUÍZO)		(47.814)	4.767
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	20	32.603	(1.919)
Provisão para Imposto de Renda		(2.456)	(13.501)
Provisão para Contribuição Social		(1.847)	(10.578)
Ativo Fiscal Diferido		36.906	22.160
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO / (PREJUÍZO)		(950)	(1.452)
(PREJUÍZO)/ LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		(16.161)	1.396
Atribuível aos:			
Controlador		(18.059)	(1.546)
Não Controlador		1.898	2.942
Total		(16.161)	1.396

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ING BANK N.V.
C.N.P.J. 49.336.860/0001-90
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONGLOMERADO PRUDENCIAL
Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

EVENTOS	RESERVA DE LUCROS					AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	(PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAL	PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADOR	TOTAL
	CAPITAL SOCIAL	AUMENTO DE CAPITAL	RESERVA DE CAPITAL	LEGAL	ESTATUTÁRIA					
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	458.260	31.575	4.550	40.511	170.078	-	-	704.974	320.924	1.025.898
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	(1.546)	(1.546)	2.942	1.396
Aumento de capital	31.575	(31.575)	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Reservas	-	-	126	-	-	-	-	126	-	126
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020	489.835	-	4.676	40.511	170.078	-	(1.546)	703.554	323.866	1.027.420
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	489.835	-	4.818	40.511	-	-	(31.695)	503.469	320.027	823.496
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	(18.059)	(18.059)	1.898	(16.161)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(1.500)	-	(1.500)	-	(1.500)
Outras Reservas	-	-	232	-	-	-	-	232	-	232
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021	489.835	-	5.050	40.511	-	(1.500)	(49.754)	484.142	321.925	806.067

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ING BANK N.V.
C.N.P.J. 49.336.860/0001-90
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO - CONGLOMERADO PRUDENCIAL
Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
	<u>Semestre</u>	<u>Semestre</u>
Atividades operacionais		
(Prejuízo) Lucro líquido do semestre	(16.161)	1.396
Depreciações e amortizações	647	564
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	56.719	60.460
Tributos diferidos	(36.906)	(22.542)
Outras reservas	232	126
Variação de ativos e passivos	(4.251.572)	3.460.321
Redução (Aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	590.643	(1.187.960)
(Aumento) em relações interfinanceiras	(128)	(117)
Redução (Aumento) em operações de crédito	607.457	(16.733)
Redução (Aumento) em outros créditos	12.082.209	(12.691.162)
(Aumento) em outros valores e bens	(128)	(286)
(Redução) Aumento em depósitos	(866.390)	221.625
(Redução) Aumento em obrigações por empréstimos	(5.839.652)	5.087.689
(Redução) em relações de interdependências	(152.122)	(19.472)
(Redução) Aumento em instrumentos financeiros derivativos	(524.214)	972.754
(Redução) Aumento em outras obrigações	(10.148.632)	11.094.944
(Redução) em resultados de exercícios futuros	(615)	(961)
Caixa líquido originado em atividades operacionais	(4.247.041)	3.500.325
Atividades de investimento		
Alienação de imobilizado de uso	1.566	3.286
Alienação (aquisição) de intangível	96	(3.378)
Caixa líquido originado em atividades de investimento	1.662	(92)
(Redução) Aumento nos fluxos de caixa	(4.245.379)	3.500.233
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	6.068.485	7.490.405
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	1.823.106	10.990.638
(Redução) Aumento no caixa e equivalentes de caixa	(4.245.379)	3.500.233

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

1. Contexto operacional

O ING Bank N.V., (Filial de São Paulo), por meio de autorização outorgada pelo Decreto nº 94.368, de 25 de maio de 1987, opera no Brasil como filial do ING Bank N.V de Amsterdã, Holanda, o qual possui a totalidade do capital da filial. A Filial está autorizada a praticar operações de banco comercial, inclusive câmbio e custódia de títulos e valores mobiliários.

No comunicado à imprensa feito pelo ING Group no dia 05 de novembro de 2020, foram anunciadas atualizações da estratégia *Think Forward* para o segmento de *Wholesale Banking*, que incluiu o fechamento das operações na América do Sul, em que o Brasil está inserido. A filial de São Paulo e o ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A. comunicaram aos reguladores e os colaboradores, o início do processo de avaliação para o encerramento das atividades, que será realizado em conformidade com os requerimentos necessários.

Essas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional do ING Bank N.V (Filial de São Paulo) e ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A. que, no entanto, encontra-se em um processo de avaliação para encerramento das atividades, conforme descrito acima, que é esperado para ser concluído até 2023.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

As demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial foram elaboradas com a finalidade específica de atender as determinações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do CMN e Circular nº 3.701, de 13 de março de 2014, do BACEN, e não se confundem com as demonstrações financeiras individuais para fins gerais, que são objeto de outros normativos do CMN e do BACEN.

As demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) compreendem as entidades discriminadas na Resolução nº 4.280/13, sobre os quais o conglomerado prudencial detenha controle direto ou indireto, incluindo: instituições financeiras, instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, administradoras de consórcio, instituições de pagamento, sociedades que realizem operações de crédito e fundos de investimento nos quais as entidades mencionadas, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios.

A elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis.

Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas referem-se, basicamente, ao imposto de renda diferido ativo e passivo, à provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e provisão para perdas esperadas associadas a outros créditos, à provisão para tributos e contribuições com exigibilidade suspensa, à provisão para passivos contingentes, mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As entidades que fazem parte do conglomerado prudencial revisam essas estimativas

e premissas periodicamente.

No processo de consolidação das demonstrações financeiras do conglomerado prudencial foram eliminadas as transações com partes relacionadas, os saldos das contas de ativo e passivo, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as entidades.

A seguir estão apresentadas as entidades que compõe às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial:

<u>Entidades</u>	<u>Atividades</u>
ING Bank N.V. (Filial de São Paulo)	Instituição líder (controlador)
ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A.	Instituição participante (não controlador)

Essas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto do encerramento das atividades do Banco, iniciado conforme descrito acima e esperado para ser concluído até 2023.

3. Resumo das principais práticas contábeis do conglomerado prudencial

a) Caixa e equivalentes de caixa

Consideram-se caixa e equivalentes de caixa as disponibilidades e aplicações financeiras, com prazo de vencimento igual ou inferior a noventa dias contados da data de sua aquisição, cujos recursos podem ser convertidos imediatamente em caixa, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança em seu valor.

b) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez, que fazem parte dos itens de caixa e equivalente de caixa, são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos classificados para negociação e os disponíveis para venda são avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado, cujos preços ou parâmetros de mercado não são observáveis, a determinação dos valores de mercado está sujeita a um nível maior de incerteza, na medida em que a Administração do conglomerado prudencial efetua julgamentos significativos, na determinação dos métodos e premissas utilizados na sua mensuração, e os classificados como títulos mantidos até o vencimento são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados ao valor recuperável, que

envolve um alto nível de julgamento em sua determinação, considerando metodologias e premissas utilizadas, quando aplicável.

Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados para negociação são reconhecidos no resultado do período.

Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados como disponíveis para venda são contabilizados em contrapartida à conta destacada de patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, sendo transferidos para resultado do período quando da efetiva realização, por meio da venda definitiva dos respectivos títulos e valores mobiliários.

Os títulos classificados como mantidos até o vencimento são aqueles para os quais haja intenção ou obrigatoriedade e capacidade financeira da instituição para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e deduzidos de provisão por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Em 30 de junho de 2021 o conglomerado prudencial não possuía títulos classificados como mantidos até o vencimento.

d) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, nos termos da Circular nº 3.082/02, do Bacen, e regulamentações supervenientes.

As transações com instrumentos financeiros derivativos realizadas para atender necessidades de clientes ou em operações por conta própria, que não observam os critérios de proteção estabelecidos na Circular nº 3.082/02 e regulamentações supervenientes, são avaliadas pelo seu valor de mercado e os ganhos e as perdas são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a riscos de moeda, taxa de juros ou para modificar a característica de ativos e passivos financeiros, cujas alterações no seu valor de mercado estejam diretamente correlacionadas com as alterações no valor de mercado dos itens objeto de proteção, desde o início e ao longo da vida do contrato, são classificados de acordo com a sua natureza:

- *Hedge* de risco de mercado - destina-se a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de "*hedge*" e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado do período. Em 30 de junho de 2021 e 2020, o conglomerado prudencial possuía instrumentos financeiros classificados nessa categoria.
- *Hedge* de fluxo de caixa - destina-se a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários. Os respectivos itens objeto de "*hedge*" são ajustados pelo valor de mercado na data do balanço. Em 30 de junho de 2021 e 2020, o

conglomerado prudencial não possuía instrumentos financeiros derivativos classificados nessa categoria.

e) Operações de crédito e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), além disso, envolvem premissas e julgamentos da Administração baseados em metodologias internas de classificação de risco, e as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito representa a melhor estimativa quanto à essas perdas.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operação de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerada pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pelo Bacen, conforme demonstrado na Nota 8b.

f) Permanente

Atendendo à Resolução nº 4.535 do CMN, de 24 de novembro de 2016, os imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponderá ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil, o período de tempo durante o qual o conglomerado prudencial espera utilizar o ativo.

g) Redução ao valor recuperável dos ativos

Conforme a Resolução nº 3.566 do CMN, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas,

operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

h) Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, foram atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações foram refletidas no resultado do período.

i) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real anual excedente aos limites fiscais estabelecidos. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 25% do lucro antes do imposto de renda para o Banco e 20% para a Corretora apurado no período, conforme a Lei 14.183/2021 que majorou a contribuição social de 20% para 25% para o Banco e de 15% para 20% para Corretora, no período compreendido entre 01/07/2021 e 31/12/2021.

Os créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social são calculados sobre as diferenças temporárias, em conformidade com o respectivo estudo de realização futura, determinada pela Resolução nº 4.842/20 do CMN e são constituídos as taxas vigentes à época das demonstrações financeiras, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos sendo realizado quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social apurados em períodos anteriores são compensados respeitado o limite de 30% do lucro tributável.

Em função da alteração da alíquota de CSLL, introduzida pela Lei 14.183/2021, os créditos tributários diferidos e o passivo fiscal diferido de contribuição social, cuja expectativa de realização se darão no período compreendido entre 01/07/2021 até 31/12/2021, foram calculados à alíquota de 25% para o Banco e de 20% para Corretora.

j) Apuração de resultado

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, observado o critério “*pro rata temporis*” para as despesas e receitas de natureza financeira.

k) Pagamento baseado em ações

Conforme CPC 10 (Resolução nº 3.989/11), para transações de pagamentos baseadas em ações liquidadas em instrumento de patrimônio, o conglomerado prudencial mensurará os bens ou serviços recebidos e o correspondente aumento no patrimônio líquido pelo valor justo.

l) Resultado Recorrente e não recorrente

Considera-se como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com o objeto social das Instituições do conglomerado prudencial,

previstas no Estatuto Social, e de acordo com o que lhe é permitido pelo seu regulador, Bacen. Além disto, a Administração do conglomerado prudencial considera como não recorrentes os resultados sem previsibilidade de ocorrência num período eventual da instituição.

4. Gerenciamento de riscos

O gerenciamento e o acompanhamento das exposições aos riscos de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional são efetuados por áreas independentes de forma integrada, como segue:

Risco de mercado - é definido pelo risco de mudança de taxas e preços no mercado financeiro que possam reduzir o valor do portfólio afetando de forma negativa os resultados do conglomerado prudencial. Esses riscos são provenientes da atividade de *trading* que pode ter posições sem *hedge* abertas no mercado ou com *hedges* imperfeitos.

O gerenciamento e monitoramento do risco de mercado compreende a análise de métricas capazes de mensurar o risco, estabelecer limites e divulgar informações como *VaR*, *Basis Point Value* (BPV), exposição cambial (*FX Delta*), *stress test* e *backtest*. O controle é feito de forma independente das áreas de negócio e as informações são divulgadas diariamente, reportando toda e qualquer mudança no portfólio.

Análise de Sensibilidade

O Balanço Patrimonial está sujeito à variação dos fatores de risco de mercado decorrentes da atividade de intermediação financeira e de negociação por conta própria da instituição. A exposição a risco de mercado é gerenciada pela área de *Financial Markets*, que desempenha a função de primeira linha de defesa, e monitorada de forma independente pela área de Risco de Mercado, como segunda linha de defesa, observando-se limites preestabelecidos revisados periodicamente para assegurar alinhamento ao apetite de risco da organização. Os fatores de risco a que a instituição está atualmente sujeita abrangem exposição à variação cambial e variação das taxas de juros das moedas negociadas, que, no caso do conglomerado prudencial brasileiro do ING Bank N.V., concentram-se primariamente em dólares americanos, euros e reais. A atividade da instituição não envolve, no momento, posições em produtos não lineares, como opções de moeda e juros.

i. O Value-at-Risk é uma métrica estatística que mensura a perda percentual da carteira do conglomerado prudencial sujeita a riscos de mercado, ou seja, a riscos de flutuação de taxas de juros ou taxas de câmbio. Representa a perda máxima dentro de um período e nível de confiança determinados.

O conglomerado prudencial ING *Bank* do Brasil segue a metodologia global padrão da organização, sendo esta a simulação histórica com a amostra de um ano, horizonte de tempo de um dia e 99% de nível de confiança.

<u>Valores em milhares de Reais</u>	<u>Jun/21</u>	<u>Dez/20</u>
VaR taxas de juros	415	1.499
Var Moeda estrangeira	49	262

VaR fechamento do semestre	425	1.514
VaR Máximo do semestre	237	12.484
VaR Mínimo do semestre	64	956

ii. O BPV (*Basis Point Value*) é uma forma de mensurar o risco de mercado de ativos de renda fixa e verificar o quanto seu valor de mercado se altera no caso de oscilação de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. O *Delta* mede a variação de preço do ativo subjacente.

Fator de Risco	Valores em milhares de Reais	Jun/21	Dez/20
BPV	PRE	(8)	(20)
	USD on	(77)	(101)
	USD Off	81	97
	EUR on	42	103
	EUR off	(49)	(107)
FX Delta	USD	(944)	(6.874)
	EUR	(1.013)	(389)
	JPY	40	47
	GBP	40	60

iii. Teste de Estresse

Risco de Mercado: As métricas de risco utilizadas são submetidas a testes de estresse adicionais com o objetivo de identificar o potencial de perda em condições extremas, como VaR de estresse, e de eventos excepcionais específicos identificados em históricos mais extensos. O quadro abaixo resume a situação das principais medidas utilizadas pelo conglomerado prudencial na gestão dos riscos de mercado em situações de estresse.

Valores em milhares de Reais	Jun/21	Dez/20
SVaR taxas de juros	14.536	5.604
SVaR Moeda estrangeira	350	1.565
SVaR fechamento do semestre	14.465	5.604
SVaR Máximo do semestre	2.778	55.795
SVaR Mínimo do semestre	536	4.149

iv. Teste de aderência (*Backtest*)

A área de Risco de Mercado utiliza o *backtesting* para determinar a aderência ao modelo de *VaR*, o método constitui em comparar o *VaR* calculado com as perdas ou ganhos financeiros efetivos da posição até o momento. Os dados de *PnL* teórico são inseridos na plataforma global e os resultados do *backtesting* são compilados e divulgados periodicamente.

Risco de crédito - as exposições a eventuais perdas decorrentes de inadimplência de contrapartes são minimizadas mediante rigoroso controle de processo de aprovação de crédito, considerando a avaliação econômico-financeira do tomador/contraparte e das empresas associadas ao seu grupo econômico, as condições do setor de atuação, ambiente regulatório, reputação dos administradores, dentre outros.

Risco de liquidez - a exposição decorrente do descasamento de prazos entre ativos e passivos e moedas de liquidação são administradas através de relatórios diários de fluxo de caixa e da simulação de cenários que consideram os parâmetros de liquidez de mercado e produtos em condições normais e de *stress*, inclusive para cobertura dos passivos contingenciais, com o objetivo de manter o perfil de risco de liquidez dentro dos limites estabelecidos pela Administração do conglomerado prudencial.

Risco operacional - a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência, ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos são gerenciadas através de estrutura criada com essa finalidade, que contempla instrumentos de identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação de riscos operacionais desenvolvidos pela Matriz (Amsterdã - Holanda). A Administração do conglomerado prudencial participa ativamente no processo de implementação e manutenção desta estrutura, estabelecendo regras e mandatos que atribuem deveres e responsabilidades e disseminam a política de risco operacional aos diversos níveis do conglomerado prudencial. Para o cálculo da parcela referente ao risco operacional, definida pela Circular nº 3.640/13 do Bacen, foi adotada a metodologia de Abordagem do Indicador Básico.

Gerenciamento de capital - a estrutura de gerenciamento é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e com a exposição aos riscos. O conglomerado prudencial possui políticas e processos definidos para realizar o monitoramento e controle do capital, avaliar prospectivamente a necessidade de capital adicional, frente aos riscos e orçamento de capital. O gerenciamento é feito em conjunto para as empresas que compõem o conglomerado prudencial, cuja instituição líder é o ING Bank N.V.

A área de finanças, com o apoio das áreas de riscos e tesouraria da conglomerado prudencial, é responsável pela preparação e revisão das políticas e da estrutura de gerenciamento de capital. Além disso, é responsável pela apuração do Patrimônio de Referência e do Patrimônio de Referência Mínimo, consolidação das informações provenientes das áreas de riscos e preparação dos relatórios gerenciais utilizados pelo Comitê de Ativos e Passivos (ALCO) para monitorar a suficiência de capital.

O ALCO é responsável pela aprovação das políticas e estrutura de gerenciamento de capital. Este se reúne periodicamente e, entre outras atividades, é responsável por analisar se há capital disponível suficiente, para cobrir as necessidades de capital requerido mínimo, o impacto dos testes de estresse sobre o capital, e o plano de negócios para os próximos três anos. O Comitê é formado pelos membros da Administração do conglomerado prudencial, áreas de Riscos, Tesouraria e Finanças.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o caixa e equivalentes de caixa estavam compostos por:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
Disponibilidades	48.794	106.066
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.774.312	5.962.419
Total	<u>1.823.106</u>	<u>6.068.485</u>

A carteira de aplicações interfinanceiras de liquidez é composta por operações compromissadas e aplicações em depósitos interfinanceiros, no montante de R\$ 1.774.312 (R\$ 5.962.419 em dez/2020)

lastreadas em títulos públicos, com vencimento em até três meses a contar da data de aquisição.

6. Títulos e valores mobiliários

A composição da carteira de títulos e valores mobiliários, o custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, o valor de mercado e a segregação por faixas de vencimento estão demonstradas como segue:

Títulos e valores mobiliários	30/06/2021		
	Acima de 1 ano	Valor contábil	Custo atualizado
Vinculados à prestação de garantias para negociação			
Cotas de Fundos de Investimento	31.519	31.519	31.519
	31.519	31.519	31.519
Disponíveis para venda			
Debêntures	619.898	619.898	622.898
	619.898	619.898	622.898

Títulos e valores mobiliários	31/12/2020			
	Sem vencimento	Acima de 1 ano	Valor contábil	Custo atualizado
Vinculados à prestação de garantias para negociação				
Cotas de Fundos de Investimento	31.137	-	31.137	31.137
	31.137	-	31.137	31.137
Mantidos até o vencimento				
Debêntures	-	770.143	770.143	770.143
	-	770.143	770.143	770.143

O valor de mercado dos títulos classificados para negociação representa o fluxo de caixa futuro trazido a valor presente pelas taxas calculadas a partir da estrutura a termo das taxas de juros estimadas pela ANBIMA ou preços divulgados por agentes de mercado.

O valor de mercado dos títulos classificados como disponíveis para venda foram apurados com base no preço de instrumento financeiro semelhante, e levou em consideração o risco de crédito, indexador e prazos de pagamento/vencimento

Os títulos públicos federais encontram-se custodiados em conta própria do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC). A carteira de debêntures encontra-se registrada na B3 Brasil Bolsa Balcão (B3), e custodiada em instituição financeira privada. As cotas de fundos de investimento são registradas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ou com os seus administradores.

Devido fechamento das entidades que compõem o conglomerado prudencial, mencionada na nota explicativa nº. 1, e que está em conformidade com o parágrafo 2º, art. 5º da Circular 3.068, houve reclassificação de títulos no valor de R\$ 619.898, de mantidos até o vencimento para a categoria de disponíveis para venda no primeiro semestre de 2021. Em função desta transferência de categorias, foram reconhecidas perdas do ajuste a valor de mercado no valor de R\$ 1.500 líquido de impostos, em componente destacado no patrimônio líquido. Não houve reclassificação entre as categorias de

Títulos e Valores Mobiliários em 30 de junho de 2021.

7. Instrumentos financeiros derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos são registradas em contas patrimoniais ou de compensação e têm como finalidade reduzir a exposição de posições proprietárias do conglomerado prudencial a riscos de mercado, decorrentes de flutuações nas taxas de juros, câmbio e preços de ativos financeiros, ou atender necessidades de “*hedge*” de clientes.

A política de utilização de instrumentos financeiros derivativos, o estabelecimento de estratégias, os controles dos riscos associados a cada estratégia de atuação, bem como limites estabelecidos para essas posições, observam normas emanadas da Administração do conglomerado prudencial, como segue:

Hedge - operações com instrumentos financeiros derivativos que têm por objetivo compensar a flutuação no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros objeto de proteção;

Negociação - operações com instrumentos financeiros derivativos utilizados, principalmente, para administrar a exposição de posições proprietárias e atender necessidades de “*hedge*” de clientes.

Os contratos futuros negociados no âmbito da B3 Brasil Bolsa Balcão (B3), são instrumentos financeiros derivativos mais utilizados em decorrência de sua liquidez e do mecanismo de ajustes diários que minimizam a exposição a riscos de crédito.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuro, considerando as taxas divulgadas pela ANBIMA, B3 ou agente de mercado, quando necessário.

Os valores de custo, mercado, e por faixa de vencimento dos instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais, estão demonstrados a seguir:

Instrumentos financeiros derivativos	30/06/2021			Valor contábil/ mercado	Custo Atualizado
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano		
Ativo – Negociação					
Swaps					
- Moeda estrangeira	-	21.477	-	21.477	19.952
Mercado a termo					
- Moeda estrangeira	67.655	78.389	90.633	236.677	273.884
Totais por faixa de vencimento em 2021	67.655	99.866	90.633	258.154	293.836
Totais por faixa de vencimento em 2020	258.220	315.729	124.985	698.934	679.151

ING Bank N.V. (Filial de São Paulo)
Demonstrações financeiras Consolidadas do
Conglomerado Prudencial
30 de junho de 2021
(em milhares de reais)

Instrumentos financeiros derivativos	30/06/2021				
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor contábil/ mercado	Custo Atualizado
Passivo – Negociação					
Swaps					
- Moeda estrangeira	(40.545)	(11.187)	-	(51.732)	(53.764)
Mercado a termo					
- Moeda estrangeira	(73.841)	(60.591)	(21.478)	(155.910)	(174.520)
Outros	(482)	-	-	(482)	(482)
Totais por faixa de vencimento em 2021	(114.868)	(71.778)	(21.478)	(208.124)	(228.766)
Totais por faixa de vencimento em 2020	(321.887)	(338.203)	(72.248)	(732.338)	(714.746)

As operações com instrumentos financeiros derivativos estão registrados na B3, cujos valores referenciais são contabilizados em contas de compensação, como segue:

Contratos	30/06/2021				
	Futuros	Termo	Swap	Hedge	Total
Negociação					
- Moeda estrangeira	13.750	3.773.725	623.848	-	4.411.323
- Taxa de juros	5.990.984	-	-	-	5.990.984
Hedge - risco de mercado					
- Taxa de juros	-	-	-	75.378	75.378
Total 2021	6.004.734	3.773.725	623.848	75.378	10.477.685
Total 2020	16.152.254	24.066.229	1.287.736	469.896	41.976.115

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos, realizadas junto à B3, foram requeridas margens no valor de R\$ 29.157 (R\$ 28.804 em dez/2020), garantidas mediante a vinculação de cotas de fundo de liquidação.

Hedge risco de mercado

Para proteção do risco de mercado de eventuais variações das taxas praticadas pelo mercado, a Filial negociou futuros com vencimento até janeiro de 2022. Os itens objeto de hedge são representados por operações de crédito (cédula de crédito bancário), proporcionando a efetividade desejada da cobertura do risco e minimizando assim os riscos oriundos das operações-objeto.

	30/06/2021	
	Valor referencial	Valor de mercado
Instrumento de hedge		
<i>Futuros - DI</i>	73.900	75.378
Objeto de hedge		
<i>Operações de crédito</i>	73.900	73.672

Os valores líquidos dos ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivativos registrados em contas de resultado no período estão demonstrados a seguir:

Resultado com Derivativos	30/06/2021	30/06/2020
Futuros	97.786	9.718
Swaps	73.531	(430.987)
Termo	(217.263)	1.450.398
Outros	418	(781)
Total	(45.528)	1.028.348

8. Operações de crédito

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a carteira de operações de crédito, passíveis de classificação por nível de risco de acordo com a Resolução nº 2.682/99, do CMN, tem a seguinte composição:

a) Setor de atividade

Operações de crédito

Setor Privado	30/06/2021	31/12/2020
Indústria	29.383	513.003
Comércio	17.820	100.036
Outros serviços	133.371	174.992
Total (*)	180.574	788.031

(*) Inclui ajuste de valor de mercado de operações classificadas como *hedge accounting* no valor de R\$ 228 (R\$ 1.083 em dez/2020).

Adiantamento sobre contratos de câmbio (Nota 9)

Setor Privado	30/06/2021	31/12/2020
Indústria	997.214	1.043.042
Comércio	586.877	1.899.056
Outros serviços	-	375.673
Total	1.584.091	3.317.771

Títulos e créditos a receber (Nota 10)

Setor Privado	30/06/2021	31/12/2020
Outros serviços	143.144	151.076
Total	143.144	151.076

b) Nível de risco

Nível de Risco	%	Valor da provisão		Valor da Carteira	
		30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
AA	0%	-	-	628.403	2.297.763
B	1%	3.877	10.309	387.740	1.030.893
D	10%	66.544	69.398	665.443	693.976
F (*)	50%	-	77.048	-	151.076
H	100%	226.223	83.170	226.223	83.170
Total		296.644	239.925	1.907.809	4.256.878

(*) A provisão do nível F foi constituída sobre 51% do valor da carteira, de acordo com a estimativa efetuada pela área de Risco de crédito.

c) Concentração das operações de crédito

	30/06/2021	% Carteira	31/12/2020	% Carteira
10 maiores emitentes/clientes	1.836.233	96,25	3.199.755	75,17
50 maiores emitentes/clientes	71.576	3,75	1.057.123	24,83
Total	1.907.809	100,00	4.256.878	100,00

d) Vencimento

Vencimento	30/06/2021	31/12/2020
A vencer até 90 dias	1.176.624	1.554.905
A vencer de 91 a 360	455.314	2.322.208
A vencer acima de 360	49.648	145.522
Vencidas até 180	-	182.758
Vencidas acima de 180 dias	226.223	51.485
Total	1.907.809	4.256.878

e) Movimentação da provisão

Provisão	30/06/2021	31/12/2020
Saldo inicial	239.925	58.095
Constituição	67.328	193.670
Reversão	(10.609)	(11.840)
Saldo final	296.644	239.925

Em 30 de junho de 2021 não existem operações renegociadas (R\$ 234.246 em dez/2020).

Em 30 de junho de 2021 e 2020 não existem créditos recuperados.

9. Carteira de câmbio

Carteira de câmbio	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
ATIVO				
Câmbio comprado a liquidar	5.500.859	550.176	13.183.725	2.238.267
Direitos sobre venda de câmbio	4.084.888	-	5.129.248	1.617.784
Rendas a receber de adiantamento concedido (Nota 8)	27.200	-	59.443	-
TOTAL	9.612.947	550.176	18.372.416	3.856.051
PASSIVO				
Câmbio vendido a liquidar	3.949.324	-	5.228.689	1.620.725
Obrigações por compra de câmbio	5.645.189	619.397	12.935.724	2.231.654
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (Nota 8)	(1.556.891)	-	(3.258.328)	-
TOTAL	8.037.622	619.397	14.906.085	3.852.379

10. Outros créditos – diversos

Créditos diversos	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Impostos a compensar	8.320	9.926	14.116	11.223
Depósitos judiciais (Nota 17.d)	9	227.768	9	225.811
Adiantamentos a funcionários e terceiros	1.082	66	516	66
Títulos e créditos a receber (Nota 8)	143.144	-	151.076	-
Devedores diversos país	594	3.088	433	3.150
TOTAL	153.149	240.848	166.150	240.250

11. Ativo fiscal diferido

O saldo de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social existentes em 30 de Junho de 2021, no montante de R\$ 105.038 (R\$ 70.191 em dez/20) decorre basicamente de diferenças temporárias, assim consideradas as despesas apropriadas no resultado do período e ainda não dedutíveis para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, cuja exclusão ou compensação fiscal futura encontra-se expressamente prevista na legislação tributária vigente. Essas diferenças temporárias estão, basicamente, representadas pela provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, estoque a realizar de diferença de curvas no cálculo de derivativos futuros registrados na B3, ajustes a valor de mercado e provisões para contingências fiscais.

a) As movimentações da base dos créditos de tributários no semestre findo em 30 de junho de 2021 estão demonstradas a seguir:

Créditos tributários diferidos	31/12/2020	Adições	Realizações	30/06/2021
Outras provisões temporárias	127.200	70.053	(24.537)	172.716

ING Bank N.V. (Filial de São Paulo)
Demonstrações financeiras Consolidadas do
Conglomerado Prudencial
30 de junho de 2021
(em milhares de reais)

IR/CS diferido sobre marcação a mercado	28.780	14.737	(6.157)	37.360
Base de cálculo total	<u>155.980</u>	<u>84.790</u>	<u>(30.694)</u>	<u>210.076</u>

b) As movimentações de realizações de créditos e obrigações tributárias diferidas ocorridas no semestre findo em 30 de junho de 2021 estão demonstradas a seguir:

<u>Créditos tributários diferidos</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>Adições</u>	<u>Realizações</u>	<u>30/06/2021</u>
Outras provisões temporárias	57.239	70.053	(24.539)	102.753
IR/CS diferido sobre marcação a mercado	12.952	14.737	(25.404)	2.285
Total	<u>70.191</u>	<u>84.790</u>	<u>49.943</u>	<u>105.038</u>

Não há saldo de provisões temporárias passivas em 30 de junho de 2021 (R\$ 5.660 em dez/2020).

O estudo da realização do crédito tributário diferido em 30 de junho de 2021 está demonstrado a seguir:

<u>Realização do crédito tributário</u>	<u>30/06/2021</u>
Ano-calendário 2021	105.038
Imposto de renda e contribuição social diferido	<u>105.038</u>

Em 30 de junho de 2021, o valor presente dos créditos tributários é de R\$ 102.953 (R\$ 66.890 em dez/2020), calculado com base na taxa média de captação previsto para os respectivos períodos.

Em 30 de junho de 2021, o conglomerado prudencial não possui estoque de créditos tributários não ativado.

12. Depósitos e captações no mercado aberto

As captações em depósitos interfinanceiros, depósitos a prazo e no mercado aberto são efetuadas com taxas de mercado. Seus vencimentos estão assim distribuídos:

<u>Depósitos e captações</u>	<u>30/06/2021</u>				<u>Total</u>
	<u>Sem vencimento</u>	<u>Até 3 meses</u>	<u>De 3 meses a 1 ano</u>	<u>De 1 a 3 anos</u>	
Depósito interfinanceiros	-	32.000	-	-	32.000
Depósito a prazo	-	468.129	35.653	58.617	562.399
Total por faixas de vencimento em jun/21	-	500.129	35.653	58.617	594.399
Total por faixas de vencimento em dez/20	864	911.215	293.583	255.127	1.460.789

13. Obrigações por empréstimos e repasses do exterior

Empréstimos no exterior correspondem basicamente a recursos captados através de linha de crédito exportação, no montante de US\$ 299.600 (US\$ 1.496.705 em dez/2020) que representa R\$ 1.522.699 (R\$ 7.777.032 em dez/2020), a taxa de juros de até 5,02% ao ano e vencimentos até dezembro de 2021,

repasses do exterior, no montante de US\$ 113.957 (US\$ 170.765 em dez/20) que representa R\$ 572.224 (R\$ 887.313 em dez/2020), a taxa de juros de até 0,55% (2,56% em dez/20) ao ano e vencimentos até setembro de 2022 e linha de crédito tomada com a matriz no montante de US\$ 150.000 (US\$ 4.000 em dez/2020) que representa R\$ 750.554 (R\$ 20.784 em dez/2020), a taxa de juros de até 0,26% ao ano com vencimentos até dezembro de 2021.

14. Outras obrigações - fiscais e previdenciárias

Obrigações fiscais e previdenciárias	30/06/2021	31/12/2020
	Circulante	Circulante
Impostos e contribuições a recolher	12.120	7.694
Imposto de renda e contribuição social	4.303	45.522
Impostos e contribuições diferidos	2.101	5.660
TOTAL	18.524	58.876

15. Outras obrigações – diversas

Obrigações diversas	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Provisão para despesas de pessoal	9.183	7.376	15.656	3.975
Provisão para perdas com avais e fianças	470	-	1.381	-
Diversos	8.874	4.827	6.786	5.444
TOTAL	18.527	12.203	23.823	9.419

16. Provisão de reestruturação

Conforme descrevemos na nota 1, as entidades que compõe o conglomerado prudencial farão o encerramento das atividades no Brasil. Como parte desse processo e, de acordo, com o CPC 25, realizamos uma provisão para reestruturação, composta por:

	30/06/2021	31/12/2020
Provisão de despesas de pessoal	41.815	50.484
Provisão despesas com imóvel - aluguel	5.550	5.723
Provisão de despesas com advogados e demais	511	600
TOTAL	47.876	56.807

17. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

- a) Ativos contingentes: em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não foram reconhecidos ativos contingentes e não há processos classificados como prováveis de realização.
- b) Passivos contingentes: o conglomerado prudencial possui processos administrativos e judiciais, de natureza tributária, trabalhista e cível, movidos por ex-funcionários e órgãos reguladores e a provisão para contingência é constituída com base na avaliação de assessores legais externos, que levam em consideração a probabilidade de desembolso de recursos financeiros para a liquidação dessas obrigações. Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, as provisões constituídas são consideradas suficientes para atender a eventuais perdas decorrentes de decisões desfavoráveis ao final desses processos.

	<u>31/12/2020</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas/ Reversões</u>	<u>30/06/2021</u>
Fiscais	73.408	900	(112)	74.196
Total	73.408	900	(112)	74.196

b.1) *Passivos contingentes classificados como perda possível:* o conglomerado prudencial possui processos administrativos e judiciais de natureza tributária cuja probabilidade de perda é avaliada como possível pela administração e assessores legais externos. Dentre esses processos, relacionamos os mais relevantes:

- Auto de Infração que tem como objeto a exigência de COFINS, em virtude de deduções supostamente indevidas de despesas de hedge, no valor atualizado de R\$ 27.844 (R\$ 27.554 em dez/2020). Foi julgado improcedente no CARF. A Filial recorreu à esfera judicial, pendente de julgamento. Depósito judicial feito em Maio/19.
- Auto de Infração que tem como objeto a exigência de imposto de renda e contribuição social, em virtude de deduções supostamente indevidas de despesas de gratificações e participações nos lucros e resultados, no valor atualizado de R\$ 12.774 (R\$ 12.660 em dez/2020). O processo encontra-se na esfera judicial, e aguarda julgamento.
- Auto de Infração sobre dedução de depósito judicial da estimativa de IRPJ e CSLL no ajuste anual, no valor de R\$ 6.540 (R\$ 6.506 em dez/2020). O processo encontra-se na esfera administrativa e aguarda julgamento.
- Auto de Infração cobrando as contribuições previdenciárias incidentes sobre PLR (ano-calendário 2005 e 2006), no valor de R\$ 6.817 (R\$ 6.204 em dez/2020). O processo encontra-se na esfera administrativa e aguarda julgamento.
- Auto de infração de PIS pela impossibilidade de dedução das despesas advindas dos contratos de swap (fins de hedge), no valor de R\$ 3.331 (R\$ 3.301 em dez/2020). O processo encontra-se na esfera administrativa e aguarda julgamento.
- Auto de infração que tem como objeto a exigência de PIS e COFINS sobre a receita da alienação das ações da Bovespa e da BM&F S.A. que substituíram os títulos patrimoniais, quando do processo de desmutualização, no valor atualizado de R\$ 50.813 (R\$ 50.330 em dez/2020). Recurso voluntário julgado improcedente no CARF. A Corretora recorreu à esfera judicial, ainda pendente de julgamento.
- Execução Fiscal que tem como objeto a exigência de IRRF nas operações de Hedge do ano fiscal de 1999, no valor atualizado de R\$ 4.919 (R\$ 4.869 em dez/2020). O IR retido na Fonte não foi retido em virtude de liminares obtidas pelos clientes. A autoridade fiscal discorda do procedimento adotado. Atualmente continua a discussão no âmbito judicial com a oposição de embargos de declaração diante da decisão contrária que não considerou os argumentos apresentados pela Corretora.

- Adicionalmente aos processos acima relacionados, o conglomerado prudencial possui outros processos com probabilidade de perda possível no montante de R\$ 21.455 (R\$ 21.293 em dez/2020).
- b) Obrigações legais: representadas, por exigíveis relativos às obrigações de natureza tributária, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão e classificadas na rubrica “Provisões” conforme balanço patrimonial. As principais obrigações referem-se à processos vinculados à Anistia no montante de R\$ 10.442 (R\$ 10.346 em dez/2020) e PIS e COFINS contingencial no montante de R\$ 24.963 (R\$ 24.803 em dez/2020), ISS sobre avais e fianças no montante de R\$ 8.881 (R\$ 8.633 em dez/2020), IRPJ/CSLL sobre ganhos na desmutualização da BMF/Bovespa no montante de R\$ 3.168 (R\$ 2.208 em dez/2020) e processos de natureza trabalhista/ previdenciária no montante de R\$ 2.271 (R\$ 2.258 em dez/2020), Finsocial – Compensação de valores recolhidos acima da alíquota de 0,5%, no montante de R\$456 (R\$456 em dez/2020), PIS/COFINS sobre ampliação da base de cálculo, majoração da alíquota referente a Inconstitucionalidade da Lei nº 9.718/98 no valor de R\$5.715 (R\$5.678 em dez/2020) e IRPJ/CSLL sobre desmutualização da Bovespa/BM&F no montante de R\$18.231 (R\$18.139 em dez/2020). Todos os processos citados acima possuem depósitos judiciais, exceto pelo processo vinculado ao Finsocial. Além dos processos mencionados acima, a Corretora ainda possui processos vinculados à Anistia que resultam em R\$ 69 (R\$ 69 em dez/2020), sendo referentes a Compensação integral da diferença de correção Monetária Devedora IPC/CTNF-90, Compensação Integral de Prejuízo Fiscal e Compensação de Prejuízos – CSLL. Todos os processos citados possuem depósitos judiciais.
- c) Depósitos judiciais: correspondem, basicamente, a processos judiciais relativos a obrigações legais de natureza tributária descritas no item anterior. Os principais valores depositados estão relacionados à diferença de alíquotas de CSLL no montante de R\$ 26.820 (R\$ 26.647 em dez/2020), depósitos vinculados a Anistia R\$ 19.671 (R\$ 19.590 em dez/2020), depósito referente discussão sobre ampliação da base do PIS e COFINS R\$ 26.603 (R\$ 25.755 em dez/2020), depósito judicial referente compensação dos prejuízos apurados nos exercícios de 1989 até 1991, no montante de R\$ 6.125 (R\$ 6.087 em dez/2020), depósito sobre omissão de receitas de IRPJ e CSLL 2003 e 2004, no montante de R\$ 6.057 (R\$ 6.004 em dez/2020), dedutibilidade da despesa de PLR de estatutários para IRPJ e CSLL 2006 e 2007 no montante de R\$ 12.774 (R\$ 12.660 em dez/2020), e PIS (08 a 12/2004) e COFINS – glosa de perdas em operações com derivativos consideradas pela RFB “sem finalidade de hedge”, no montante de R\$ 31.175 (R\$ 30.855 em dez/2020). PIS e COFINS sobre a receita da alienação das ações da Bovespa e da BM&F S.A. no montante de R\$ 50.813 (R\$ 50.330 em dez/2020), IRPJ e CSLL sobre a receita da alienação das ações da Bovespa e da BM&F S.A. no montante de R\$ 18.231 (R\$ 18.139 em dez/2020), créditos de IRRF 1999 no montante de R\$ 4.919 (R\$ 4.869 em dez/2020), suspensão da exigibilidade da contribuição ao PIS no montante de R\$ 3.028 (R\$ 3.009 em dez/2020), suspensão da exigibilidade da COFINS no montante de R\$ 2.923 (R\$ 2.902 em dez/2020) e compensação indevida de prejuízo fiscal no montante de R\$ 4.539 (R\$ 4.509 em dez/2020). O saldo remanescente de R\$ 14.099 (R\$ 14.464 em dez/2020) é composto, basicamente, por depósitos administrativos para interposição de recursos fiscais e depósitos trabalhistas.

18. Operações vinculadas

As operações ativas amparadas pela Resolução BACEN nº 2.921/02 e normas posteriores estão assim representadas:

Descrição	2021			2020		
	Ativo	Passivo	Receita (Despesa)	Ativo	Passivo	Receita (Despesa)
Operações de crédito	1.578.826	-	49.138	3.485.089	-	105.191
Empréstimos do exterior	-	1.458.839	(44.245)	-	3.362.248	(57.356)

O resultado líquido com operações vinculadas é de R\$ 4.893 (R\$ 8.053 em jun/2020).

Em 30 de junho de 2021 o saldo de operações ativas vinculadas em atraso é de R\$ 83.078 (R\$ 83.170 em dez/2020).

19. Patrimônio líquido

O capital social do Controlador corresponde a R\$ 489.835 (R\$ 489.835 em dez/2020), referente investimentos da Matriz, acrescido de lucros capitalizados e das reservas incorporadas ao capital. O capital social de não controladores é totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 187.190 (R\$ 187.190 em dez/2020) e está representado por 96.415.838 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 48.207.919 ordinárias e igual quantidade de preferenciais.

A reserva de lucros é constituída ao final de cada exercício social na forma prevista na legislação societária brasileira, sem designação específica, podendo ser utilizada para distribuição de dividendos ou futuro aumento de capital, de acordo com o que for definido pelo controlador do Conglomerado.

20. Imposto de renda e contribuição social

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	2021		2020	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Apuração de imposto de renda e contribuição social				
Imposto de renda e contribuição social corrente				
Resultado antes dos impostos e participações	(47.814)	(47.814)	4.767	4.767
(-) Participações nos resultados	(950)	(950)	(1.452)	(1.452)
Resultado antes dos impostos ajustado	<u>(48.764)</u>	<u>(48.764)</u>	<u>3.315</u>	<u>3.315</u>
Adições ou exclusões temporárias	<u>58.642</u>	<u>58.641</u>	<u>66.751</u>	<u>66.751</u>
Ajuste contábil referente futuros	46.992	46.992	115.057	115.057
Ajuste MTM Swap e títulos públicos	(32.982)	(32.982)	(31.021)	(31.021)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	55.808	55.808	(8.843)	(8.843)
Provisão para contingências e variação monetária dos depósitos judiciais	5.508	5.508	(458)	(458)
Provisão reestruturação	(8.931)	(8.931)	-	-
Provisão para gratificações	(8.065)	(8.065)	(7.477)	(7.477)
Outras adições e exclusões diversas	312	311	(507)	(507)
Adições ou exclusões permanentes	280	280	(772)	(772)
Compensação prejuízo fiscal/base negativa	-	-	(16.351)	(16.351)

ING Bank N.V. (Filial de São Paulo)
Demonstrações financeiras Consolidadas do
Conglomerado Prudencial
30 de junho de 2021
(em milhares de reais)

Base tributável	10.157	10.157	52.942	52.942
IR (alíquota 15%) e CS (Alíquota 20%) (*)	(1.525)	(1.847)	(8.045)	(10.530)
Adicional de IR (alíquota 10%)	(971)	-	(5.339)	-
Redução de imposto por incentivos	40	-	329	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(2.456)	(1.847)	(13.055)	(10.530)
Ajuste de exercícios anteriores (a)	-	-	(446)	(48)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(2.456)	(1.847)	(13.501)	(10.578)
Imposto de renda e contribuição social diferido				
Resultado da marcação a mercado	(21.577)	(21.577)	(31.021)	(31.021)
Provisões não dedutíveis temporariamente	45.516	45.516	(18.419)	(18.419)
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	-	-	(16.351)	(16.351)
Outras diferenças temporárias	49.873	49.873	114.929	114.929
Base tributável diferida	73.812	73.812	49.138	49.138
Imposto de renda e contribuição social diferido	18.453	18.453	12.284	9.875

(a) valores de processos com discussão de IRPJ e CSLL de períodos anteriores.

(*) em 2019 a alíquota de CS era de 15% para o Banco

21. Operações com partes relacionadas

As operações efetuadas com partes relacionadas foram realizadas com base em condições usualmente praticadas pelo mercado e os saldos estão demonstrados como segue:

Ativo/(passivo)	Grau de relação	30/06/2021	31/12/2020
Rendas a receber	Outras partes relacionadas	30.879	30.189
Depósitos à vista	Outras partes relacionadas	-	(864)
Empréstimos no exterior	Controladora	(2.437.892)	(8.281.405)
Outros créditos - câmbio	Controladora	8.058.821	13.722.935
Outras obrigações - câmbio	Controladora	(8.034.212)	(13.588.650)
Receitas/(despesas)		30/06/2021	30/06/2020
Resultado de câmbio	Controladora	(79.485)	(453.018)
Receita de Prestação de Serviços	Controladora	23.549	23.080
Resultado de empréstimos no exterior	Controladora	(31.545)	(1.778.261)

As mencionadas operações foram realizadas, basicamente, com ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A., ING Capital Markets LLC e ING Bank N.V. Amsterdã, em conformidade com a Resolução nº 3.750/09 do BACEN.

A remuneração total do pessoal chave da administração para o semestre findo em 30 de junho de 2021 foi de R\$ 2.336 (R\$ 4.344 em jun/2020) de remuneração fixa, e de R\$ 979 (R\$ 1.820 em jun/2020) de remuneração variável, consideradas como benefício de curto prazo, conforme apresentado nas demonstrações do resultado em despesa de pessoal.

a) Remuneração baseada em ações

O conglomerado prudencial participa de um programa global de remuneração de longo prazo “*Long-Term Sustainable Performance Plan*”, patrocinado pelo ING Groep N.V de Amsterdã. Este Programa está vinculado às condições de desempenho individual e corporativo, sendo que a forma de outorga das ações segue as regras de período de aquisição de direito (*vesting period*), que ocorrem em tranches de 1/3 pelos próximos três anos da data da outorga, regra estabelecida e terá validade enquanto houver vínculo societário do funcionário com a entidade local.

No *vesting date* os participantes poderão optar por ficar com as ações, vender a totalidade ou ficar com parte das ações. A prestação de serviço do empregado em contrapartida ao prêmio de ações é mensurada com base no valor justo na data da outorga do prêmio.

O conglomerado prudencial registrou despesas no valor de R\$ 232 (R\$ 126 em Jun/2020), tendo como contrapartida a conta de “Reserva de capital”.

22. Despesas administrativas

Outras despesas administrativas referem-se a:

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Serviços prestados por parte relacionada	(6.543)	(9.117)
Processamento de dados	(4.102)	(5.045)
Aluguel	(2.626)	(2.038)
Serviços técnicos especializados	(2.558)	(2.353)
Serviços do Sistema financeiro	(899)	(3.105)
Depreciação e amortização	(647)	(564)
Manutenção e conservação de bens	(607)	(540)
Comunicação, publicações, promoções e relações públicas	(397)	(544)
Serviços de terceiros	(110)	(151)
Seguros, água, energia e gás	(73)	(144)
Despesas de transporte e viagem	(10)	(220)
Outras despesas administrativas	(7.396)	(4.668)
TOTAL	(25.968)	(28.489)

23. Informações adicionais

- a) As garantias prestadas no país, referente avais e fianças e estas somam o montante de de R\$ 459.224 (R\$ 735.363 em dez/2020). A provisão para garantias financeiras prestadas é constituída baseada na avaliação das perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados as garantias, bem como características específicas das operações realizadas, consoante os requerimentos da Resolução nº 4.512/16 do Bacen. As provisões são efetuadas aplicando o mesmo critério de provisionamento utilizado para as operações de crédito, de acordo com a Resolução nº 2.682/99 (CMN), as garantias estão vinculadas ao risco de crédito.
- b) A exigência de patrimônio líquido é apurada de forma consolidada, considerando as entidades financeiras do Grupo ING, nos termos da Resolução nº 2.283/96, do CMN e alterações posteriores. Em 30 de junho de 2021, o valor do índice de Basileia era de 24,49% (18,03% em 2020).

- c) O conglomerado prudencial patrocina a complementação de aposentadoria de seus empregados através de um Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), estruturado no regime financeiro de capitalização e na modalidade de contribuição definida. O conglomerado não teve despesas com contribuições no semestre findo em 30 de junho de 2021 (R\$ 684 em jun/2020), conforme apresentado nas demonstrações do resultado em despesa de pessoal.
- d) Outras receitas operacionais correspondem substancialmente a atualização de depósitos judiciais R\$ 1.681 (R\$ 2.960 em jun/2020), comissão sobre compromisso de crédito R\$ 117 (R\$ 392 em jun/2020), juros sobre confissão de dívida R\$ 4.500 (não havia em jun/2020), reversão de PLR de R\$ 1.290 (não havia em jun/2020) e outras rendas no valor de R\$ 5.610 (R\$ 13.549 em jun/2020).
- e) Outras despesas operacionais correspondem basicamente a variação cambial sobre operações em moeda estrangeira de R\$ 4.918 (não havia em jun/2020), em atualizações de riscos fiscais no montante de R\$ 641 (R\$ 872 em jun/2020), provisão para garantias prestadas R\$ 12 (R\$ 20 em jun/2020) e outras despesas operacionais de R\$ 278 (R\$ 613 em jun/2020).

24. Informações suplementares

O primeiro semestre de 2021 foi marcado pela pandemia do Covid-19. Durante este período, o ING Brasil, seguindo orientações dadas a todos os países onde o grupo atua, tomou todas as medidas necessárias para garantir a segurança de seus colaboradores e a continuidade no atendimento de qualidade aos seus clientes. O ING Brasil conduziu criteriosas análises de risco e crédito no intuito de detectar possíveis deteriorações na carteira de clientes, do ponto de vista financeiro e operacional. Como resultado deste trabalho, tivemos aumentos pontuais de provisão, resultantes da deterioração do perfil de crédito de alguns de nossos clientes. Apesar disso, ressaltamos que a grande maioria de nossa carteira de clientes performou durante o primeiro semestre de 2021 sem sofrer grandes impactos decorrentes dos efeitos pandemia. O conglomerado permanece atento e monitorando continuamente os impactos da pandemia a fim de se antecipar a qualquer risco apresentado.

25. Resultados não recorrentes

O conglomerado prudencial teve resultados não recorrentes devido a atualização da estratégia citada na nota explicativa 1, no semestre findo em 30 de junho de 2021, no valor de R\$ 4.479 (R\$ 56.807 em dez/2020), compostas por reversão de provisão de reestruturação, relacionadas a custos de pessoal que saíram voluntariamente da Filial, contabilizadas em outras receitas operacionais (outras despesas operacionais em dez/2020), e a majoração da CSLL, introduzida pela Lei 14.183/2021, os créditos tributários diferidos e o passivo fiscal diferido de contribuição social, cuja expectativa de realização se darão no período compreendido entre 01/07/2021 até 31/12/2021 para o Banco. A contribuição social foi calculada à alíquota de 25% no montante de R\$ 10.504 para o Banco e a 20% para Corretora.